

Lançado movimento pela Constituinte

Da Sucursal do Rio

"O País será de quem fizer a Constituição. Se o povo a fizer, será dele. Se ela for feita apenas por algumas elites que detêm o poder, o Estado continuará distante ou acima da Nação". Com estas palavras, o bispo de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli, justificou ontem o lançamento do Movimento Nacional Pela Constituinte, coordenado pela Cebrade — Centro Brasil Democrático —, que segundo os organizadores já tem pelo menos duas definições: a Constituinte prometida pelo candidato Tancredo Neves tem que ser eleita com esta função específica, o que afastaria a participação dos senadores eleitos em 1982; e deve ser debatida amplamente pelas "bases populares", segundo o prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes.

A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, prega o manifesto de lançamento divulgado ontem, deve ser precedida pela revogação ou alteração "dos seguintes instrumentos jurídicos: Lei de Segurança Nacional, lei de imprensa, lei de greve e Consolidação das Leis do Trabalho, lei dos estrangeiros e lei orgânica dos partidos políticos". Pedê também que seja adiada, até a promulgação da nova Constituição, a tramitação dos ante-projetos dos códigos civil e penal e do código de processo penal. Segundo o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Baetta, devem estar representadas na Constituinte "todas as correntes filosóficas, ideológicas e políticas".

Organização

A organização do Movimento Nacional Pela Constituinte originou-se de uma proposta de dom Mauro Morelli, aprovada pelo 3º Congresso Nacional de Municípios, promovido pelo Cebrade. Ela pretende organizar comitês, inicialmente nos municípios que mantêm a prática de administração comunitária — que chegam ao número de 150 — para debater a nova Constituição. Os subsídios desta discussão seriam encaminhados à Assembléia Nacional Constituinte. Segundo Jack London, secretário muni-



D. Mauro, Garcia Duarte e Niemeyer assinaram o manifesto

cipal de Petrópolis, as bases dessas comissões seriam a Igreja, a Ordem dos Advogados do Brasil, os poderes Executivo e Legislativo e as associações de moradores.

Dom Mauro Morelli informou que ele e os outros 9 bispos e um arcebispo — José Maria Pires, de João Pessoa — que assinaram o manifesto de lançamento do movimento o fizeram como cidadãos. "Nenhum bispo tem a pretensão de falar pelo povo de suas dioceses, e não falamos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que apenas pode se pronunciar através de assembleias gerais. Mas, se antes disse que a Igreja é subversiva, hoje eu digo que ela é política. E ela há anos tem tido ações e palavras em defesa do povo", afirmou.

OAB "quase certa"

A Ordem dos Advogados do Brasil ainda não está engajada oficialmente no movimento, embora o seu presidente, Mário Sérgio Duarte Garcia, e seu vice tenham assinado o manifesto. "Isto é apenas uma questão formal: ainda não reunimos o Conselho para deliberar sobre o assunto. Mas nossa presença é quase certa. Afinal, desde 1977 defendemos a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana", disse Baetta.

Os representantes de associação de moradores representados na comissão

organizadora têm a expectativa de que uma Constituinte, elaborada com uma forte participação popular, permitirá uma "Constituição inteiramente diferente das já feitas no País, normalmente elaboradas por juristas e pelas elites", afirmou o presidente da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro, Jô Rezende.

Neste particular, e nas condições já estabelecidas pelos organizadores do movimento, eles reconhecem alguns conflitos entre as suas propostas e as defendidas pelo candidato Tancredo Neves. A idéias do candidato, de formar uma comissão de juristas em seguida à sua posse para formulação de um ante-projeto de Constituição, "conflita com a essência do que estamos pensando, de que esta discussão parta das bases", disse Baetta. A outra divergência fundamental é com relação aos poderes constituintes: Tancredo admite outorgar ao futuro Congresso, eleito em 1986, esses poderes, e o movimento quer que a Constituinte seja convocada com o fim específico de elaborar a nova Constituição.

Participam da comissão organizadora o presidente do Cebrade, Oscar Niemeyer; o prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes; o vice-presidente da OAB, Hermann Baetta; o secretário-geral do Cebrade, Renato Guimarães; o bispo dom Mauro Morelli e o presidente da Famerj, Jô Rezende.

do poder político", afirma, assegurando ainda que as lutas travadas pela atual diretoria — na qual, por sinal, ocupa a vice-presidência — terão pleno prosseguimento durante sua gestão. "Pretendemos retomar essa campanha a nível nacional. Quanto antes a Constituinte vier, melhor para o País inteiro", adianta.

Já o advogado criminalista Márcio Thomaz Bastos, 51 anos, atual presidente da entidade, espera que certos requisitos de ordem política antecedam a convocação da Assembléia. "Antes de mais nada, será preciso uma limpeza em toda a nossa legislação. O fim de instrumentos como a Lei Falcão e a Lei de Segurança Nacional é fundamental para que todas as correntes de pensamento possam participar da Constituinte", diz.

Manifesto clama por República com ampla participação popular

Da Sucursal do Rio

"Não podemos chegar ao primeiro centenário da República com algemas nos punhos e a maioria da Nação esfarrapada e faminta." Esta é a "denúncia e o compromisso" estampados no primeiro parágrafo do manifesto de lançamento do Movimento Nacional pela Constituinte, divulgado ontem no Rio. Depois de uma ardorosa defesa de uma Constituinte com ampla participação popular, o documento afirma: "Na alvorada do dia 15 de novembro de 1989 saudaremos finalmente a verdadeira República do Brasil, democrática e soberana".

O texto lembra que "os desencontros da nação brasileira têm raízes que penetram a fundo na história mal contada de nossa terra". E cita, nominalmente, "o genocídio das nações indígenas; os dramas dos irmãos de raça negra, sujeitos ontem a um cativeiro legal, e hoje sócio-econômico e político; a questão da terra; a exploração de recursos naturais em proveito de alguns apenas e, mais grave ainda, em benefício das empresas transnacionais; os modelos de desenvolvimento implantados pelas oligarquias de várias épocas de nossa história".

O manifesto cita pronunciamentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), denunciando injustiças sociais e reconhecendo como uma das formas de reintegração do povo ao processo político a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Cita também resoluções da OAB, onde a entidade condiciona o reordenamento democrático à convocação da Constituinte.

Assinam o manifesto 70 pessoas: além da comissão organizadora do Movimento, o presidente da OAB, Mário Sérgio Duarte Garcia; d. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu; o historiador Alberto Passos Guimarães; o escritor Antonio Houaiss; Cândido Mendes, presidente da Comissão Brasileira Justiça e Paz; o compositor Chico Buarque de Holanda; o procurador Hélio Bicudo, o cartunista Henfil; Margarida Genevois, da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, juristas, prefeitos, vereadores, bispos e representantes de associações e entidades civis.

A primeira atividade do Movimento será "um ato cívico de dimensão nacional", segundo anuncia o manifesto, no dia 26 de janeiro de 1985, na sede do município de Duque de Caxias, no Rio. A partir do dia 16 de março serão instalados os comitês municipais. "Acreditamos que este amplo, democrático e popular movimento fará nascer a nova República.

Presidente eleito da OAB promete empenho

Reportagem Local

"Não nos interessa quais serão os governantes; qualquer que seja o presidente eleito, a Constituinte precisará ser convocada". A frase, do advogado José Eduardo Loureiro, indica que ao menos em certos setores jurídicos a campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte não arrefecerá com os resultados do Colégio Eleitoral. Eleito há duas semanas presidente da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, Loureiro segue a trilha de seu antecessor, o ainda presidente da entidade Márcio Thomaz Bastos. E garante: "A elaboração de uma nova Constituição ainda é o problema número um colocado para nós, advogados."

Aos 56 anos, José Eduardo Loureiro assumirá a presidência da OAB paulista em fevereiro do ano que vem. Reticente, recusa-se a tecer maiores comentários sobre a conjuntura atual do País. "Em matéria política, eu sou absolutamente parcimonioso", justifica-se. Do ponto de vista jurídico, no entanto, é incisivo: "Há uma necessidade imediata e inadiável de convocação de uma Constituinte. Precisamos urgentemente reestruturar juridicamente o Brasil e não podemos fazer isso sem uma Constituição que lance as bases da legislação ordinária."

Loureiro crê que a campanha pela Constituinte deve ser conduzida independentemente de qualquer compromisso político-partidário. "Continuaremos lutando por sua convocação antes ou depois da transmissão